
Agronegocio y desarrollo: contradicciones en el Brasil rural contemporáneo

Edmundo Hoppe Oderich¹ y Adalberto Floriano Greco Martins²

.....

Resumen

El agronegocio desempeña un papel central en la economía brasileña, cargando, al mismo tiempo, contradicciones frecuentemente desplazadas a segundo plano. El ensayo trata de la acepción teórica de la idea de agronegocio, su papel y sus contradicciones en el ciclo del Nuevo Desarrollismo. Se reanudan elementos históricos para apuntar similitudes y diferencias entre la actual expansión del agronegocio y el papel de la modernización de la agricultura en el período nacional-desarrollista que ocurrió hasta fines de la década de 1970. También se tiene en cuenta la importancia que tanto perspectivas liberales como perspectivas keynesiano-desarrollistas han relegado al agronegocio, aunque en modelos económicos distintos. En seguida se presentan cinco dimensiones del agronegocio que, en el entendimiento de los autores, plantean contradicciones del modelo social-técnico-político por él conformado. Por último, se sugiere que el conjunto de elementos presentados no puede ser desconsiderado

1 Estudiante de Doctorado en Desarrollo Rural. PGDR / Universidad Federal de Río Grande do Sul.

2 Doctor en Geografía. Universidad Federal de Río Grande do Sul.

en las discusiones sobre procesos de desarrollo rural en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Agronegocio - desarrollo - contradicciones - Brasil

Summary

Agribusiness and development: contradictions in contemporary rural Brazil

Agribusiness plays a central role in the Brazilian economy, at the same time carrying contradictions often displaced in the background. The essay deals with the theoretical meaning of the idea of agribusiness, its role and its contradictions in the New Developmentalism cycle. Historical elements are taken to point out similarities and differences between agribusiness current expansion and the role of the agriculture modernization in the national-developmental period in force until the late 1970s. The essay also considers the importance that liberal perspectives as well as Keynesian-developmental perspectives relegate to the agribusiness, albeit in different economic models. Then, it presents five dimensions of agribusiness which, in the authors' view, give rise to contradictions of the social-technical-political model that he has formed. Finally, it suggests that the set of elements presented can not be left out from discussions about rural development processes in contemporary Brazil.

Key words: Agribusiness - development - contradictions - Brazil

Resumo

Agronegócio e desenvolvimento: contradições no Brasil rural contemporâneo

O agronegócio desempenha um papel central na economia brasileira, carregando, ao mesmo tempo, contradições frequentemente deslocadas a segundo plano. O ensaio trata da acepção teórica da ideia de agronegócio, seu papel e suas contradições no ciclo do Novo Desenvolvimentismo. São retomados elementos históricos para apontar semelhanças e diferenças entre a atual expansão do agronegócio e o papel da modernização da agricultura no período nacional-desenvolvimentista que vigorou até fins da década de 1970. Atenta-se também para a importância que tanto perspectivas liberais quanto perspectivas keynesiano-desenvolvimentistas têm relegado ao agronegócio, ainda que em modelos econômicos distintos. Em seguida são apresentadas cinco dimensões do agronegócio que, no entendimento dos autores, ensejam contradições do modelo social-técnico-

-político por ele conformado. Por fim, sugere-se que o conjunto de elementos apresentados não pode ser desconsiderado nas discussões sobre processos de desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Agronegócio - desenvolvimento - contradições - Brasil

Introdução

O papel da agricultura no desenvolvimento do Brasil é um tema discutido e disputado no país há mais de um século. Questões como acesso à terra e regime de trabalho na agricultura ocupam espaço em debates de intelectuais e tomadores de decisão desde os tempos do Brasil Império, a exemplo das discussões encarnadas já no século XIX por José Bonifácio, Joaquim Nabuco, entre outros (Facó, 1961; Pádua, 2001). Com seus atributos geográficos continentais e uma história econômica fortemente centrada na agricultura e no extrativismo, as dinâmicas econômicas, sociais e políticas de seu espaço rural sempre foram determinantes para os rumos percorridos pela nação.

Possivelmente, um dos processos que alterou tais dinâmicas de forma mais profunda se deu na segunda metade do século passado, quando o intenso êxodo rural desencadeado pela conjunção entre industrialização e modernização conservadora da agricultura resultou no processo de inversão demográfica, tornando o Brasil um país predominantemente urbano – o último censo demográfico do IBGE registrou 84% de residentes em área urbana (Ibge, 2010). Contudo, a agricultura e o rural brasileiro, em grande medida transformados após a implantação da Revolução Verde, continuaram a ocupar um papel expressivo.

De um ponto de vista macroeconômico, a exportação de produtos primários – que tem no agronegócio um de seus componentes centrais – voltou a ser uma peça chave para o desempenho econômico do Brasil desde a virada do milênio. No entanto, a estratégia vigente de produção/extração e exportação de commodities tem consequências normalmente relegadas a segundo plano.

O presente ensaio buscou explorar e conectar críticas relacionadas a diferentes dimensões do agronegócio, comumente apresentadas de maneira isolada tanto no debate acadêmico quanto político em geral, sugerindo a existência de contradições próprias da reprodução do padrão de agricultura dominante no país. A metodologia empregada consistiu

na análise de literatura precedente e na revisão de indicadores macroeconômicos e de produção obtidos junto ao IBGE³ e ao MDIC.⁴

O ensaio está organizado em quatro seções, para além desta introdução. A primeira e a segunda apresentam, respectivamente, a acepção teórica da ideia de agronegócio e o papel central do setor primário-exportador na economia brasileira neste início do século XXI. Em seguida, são apresentados aspectos referentes a cinco dimensões do padrão de produção do agronegócio que parecem constituir-se como implicações estruturais da estratégia de desenvolvimento vigente. Por fim, as considerações finais sintetizam os pontos centrais do debate proposto e suas perspectivas futuras.

Sobre a ideia de agronegócio

O termo agronegócio passou a ser utilizado com mais frequência no Brasil a partir da década de 1990, traduzido do inglês *agribusiness*. Utilizada nos Estados Unidos sem pretensões de categoria heurística desde meados do século passado, tratava-se, originalmente, de uma noção puramente descritiva dos fenômenos referentes às etapas de preparação, produção, processamento e distribuição de produtos agropecuários, abarcando toda a extensão de determinada cadeia produtiva em foco. Contudo, tratar do agronegócio genericamente como negócios relacionados à agricultura, seja à montante seja à jusante do processo produtivo, parece um desperdício do potencial de seu poder explicativo. Ainda que se origine de um conceito apenas descritivo, a noção de agronegócio transformou-se em um “conceito-síntese”, capaz de expressar mais do que uma simples categoria empírica (Sauer, 2008).

Neste ensaio, a acepção teórica do termo se apoia na proposta de Delgado (2012: 90), num esforço para “desvendar, desnudar e descobrir o sentido essencial das relações econômicas e sociais que se dão no interior deste setor (do agronegócio)”. Para o autor, em semelhança teórica à consolidação do pacto virtual entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado que garantiu a inserção do capital financeiro na agricultura no ciclo de expansão da mesma durante o período final do regime militar,

a articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de K no espaço ampliado do setor agrícola-

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

la tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui [...] novo pacto da economia política do agronegócio” (Delgado, 2012: 109).

Note-se, portanto, que a adoção de um tratamento teórico para a expressão, conferindo-lhe pretensão heurística, determina um sentido comum às características constitutivas e de funcionamento deste setor. Propõe-se, aqui, que a concepção de agronegócio enquanto categoria teórico-analítica possibilita agrupar um conjunto certamente expressivo de estabelecimentos rurais brasileiros (para se restringir à realidade nacional) aos quais seria possível atribuir as seguintes práticas e processos elementares de sua atividade agropecuária: produção de commodities agrícolas; integração em circuitos mercantis longos à jusante e à montante; orientação primordial para o aumento do lucro; tendência ao ganho de escala e à simplificação do sistema produtivo por meio da uniformização dos itinerários técnicos. Tais características parecem ser expressão empírica do “novo pacto da economia política do agronegócio”, conferindo ao setor relativa homogeneidade em relação à essência elementar que teriam seus estabelecimentos.

Nessa proposta, o tipo de mão de obra, a gestão do empreendimento e a dimensão dos estabelecimentos não seriam em si elementos fundantes da categoria, de modo que a noção de agronegócio não poderia se restringir ao grupo “não-familiar”, conforme sugerido com alguma frequência na esfera política e mesmo na acadêmica, o que acaba contribuindo para certa confusão teórica. Ainda que empiricamente exista uma notável correlação, o caráter normativo da agricultura familiar (Lei 11.326 de 2006) e o tratamento teórico-analítico aqui apresentado para o agronegócio trona pouco útil a tentativa de comparação entre ambos. A predominância empírica de estabelecimentos de porte mais avantajado, de mão de obra contratada e da gestão empresarial seriam apenas condições sociotécnicas mais propícias para implementar práticas e processos produtivos preconcebidos pelo agronegócio.

No mesmo sentido, Bühler, Guibert e Oliveira (2016) enfatizam:

O termo agronegócio é mais abrangente que o de agriculturas empresariais. Envolve o conjunto dos atores do sistema produtivo e distributivo dos produtos agropecuários, pois são considerados como complementares e independentes. Como sistema voltado para a maximização do lucro e industrializado, o agronegócio pode perfeitamente incluir produtores agropecuários muito diversos (inclusive agricultores familiares) na medida em que se inserem nessa dinâmica e são compatíveis com os objetivos de acumulação e expansão dos agentes dominantes. Nesse sentido,

no nosso entendimento, o agronegócio não predetermina o tipo de produtores agropecuários a ele vinculados, nem os define. (Bühler; Guibert; Oliveira, 2016: 7).

Em outras palavras, seria descabido definir o agronegócio como uma categoria estanque, com critérios objetivos e mensuráveis que pudessem demarcar seus limites de forma clara. Temos no agronegócio uma categoria de fronteiras difusas que, do ponto de vista empírico, possibilita análises apenas em termos de níveis de inserção em sua lógica de funcionamento e de graus de adoção de suas práticas elementares.

Conforme mencionado no preâmbulo, o setor primário e as dinâmicas do meio rural sempre foram determinantes para o desempenho econômico do país. Atualmente não é diferente, sendo o pacto do agronegócio componente fundamental tanto no cenário econômico vigente quanto nas diferentes estratégias de desenvolvimento em disputa.

O papel do agronegócio na estratégia econômica

O setor primário exportador ocupa um papel central na economia brasileira. A partir da virada do século, o estímulo interno concatenado à demanda externa (com destaque para o mercado asiático) garantiu significativo crescimento da produção e exportação de commodities, contribuindo assim para a recorrente obtenção de superávits primários. O contínuo saldo positivo na balança de comercial foi, sem dúvida, condição fundamental para o sucesso de diversas políticas adotadas no último período, como, por exemplo, os programas de redução da pobreza que se destacaram nas agendas governamentais a partir de 2003. Nesse sentido, é preciso reconhecer o papel fundamental das commodities agrícolas e minerais como uma espécie de âncora da estratégia econômica capitaneada com sucesso pelo Estado no referido período.

Compreender adequadamente o papel que a agricultura passou a assumir na economia brasileira desde a última virada de século exige que sejam retomados alguns elementos históricos do período anterior. Nesse sentido, a década de 1980 representa o ponto de partida desta breve revisão.

A crise cambial brasileira no início dos anos 1980 marcou o fim do ciclo nacional-desenvolvimentista que vigorava no país desde a década de 1930, conforme a classificação de Bresser-Pereira (2012). Observou-se, a partir de então, o progressivo enfraquecimento do Estado como articulador de um projeto nacional de desenvolvimento. Para Delgado

(2012), isso representou a desestruturação do projeto de modernização conservadora da agricultura concomitantemente à consolidação do pacto virtual entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado que garantiu a inserção do capital financeiro na agricultura a partir do período final do regime militar.

Como resposta à crise, medidas de ajustamento econômico externo escalaram as commodities do setor primário para tentar equalizar a balança comercial. Com os elevados investimentos na agricultura realizados nas décadas anteriores e com o aumento da seletividade do crédito rural para garantir o financiamento das principais commodities agrícolas, tais medidas, que a princípio seriam conjunturais, permaneceram como solução emergencial até o início da década de 1990, como mostrado por Delgado (2012).

No entanto, com a abertura comercial do país e, mais especificamente, com a implantação do Plano Real em 1994, abandona-se a política de promoção das exportações, com a crença de que a liberalização comercial e financeira da economia resolveria pelo mercado o problema crônico da dependência dos recursos externos (Delgado, 2012). Com a significativa queda nos preços das commodities que se seguiu, o comércio exterior do país passou de superavitário para deficitário. Note-se que o Plano Real, ao sustentar artificialmente a taxa de câmbio no patamar do dólar norte-americano, determinava a marginalidade dos estabelecimentos agrícolas de grande porte no modelo econômico.

Somente a partir de 1999 o setor primário-exportador passou a ser novamente escalado para equilibrar a balança de pagamentos. Para Delgado (2012), a eliminação da sobrevalorização do real em 1999 e o aumento da demanda internacional por commodities determinaram as bases materiais para a conformação de uma nova aliança na economia e política agrária, a qual o autor denomina “pacto do agronegócio”. Nos governos que se seguiram, foram várias as medidas que progressivamente reforçaram a prioridade da exportação de commodities agrícolas: investimentos em infraestrutura; fortalecimento da Embrapa; afrouxamento na regulação no mercado de terras; crédito rural cada vez mais abundante (financiamentos com juros abaixo da inflação, garantia de preço, formação de estoques, renegociação de dívidas, etc.); entre outras. Para Delgado, esse conjunto de medidas foi fundamental para desenharmos o novo ciclo de acumulação na agricultura que vigora desde então, definido pelo autor como “economia do agronegócio” (Delgado, 2012).

Tal como no período nacional-desenvolvimentista, no ciclo histórico mais recente, que Cordeiro (2014) definiu como Novo Desenvolvi-

mentismo, a agricultura voltou a ser um setor indispensável. Contudo, uma importante diferença em relação ao setor primário pode ser apontada. No período anterior, a modificação da base técnica da agricultura estava a serviço da estratégia prioritária de completar o processo de industrialização iniciado nos anos 1930. Note-se o papel chave do intenso – e intencional – êxodo rural ocorrido a partir dos anos de 1960, em decorrência do aumento da motomecanização agrícola e da concentração fundiária. Tal processo liberou um enorme contingente populacional que do ponto de vista funcional, até a crise dos anos 1980, encontrou pleno amparo no crescente ambiente fabril das grandes cidades.

Diferentemente, no ciclo mais recente a política cambial e os incentivos à agricultura de commodities figuram, em si, como parte central da estratégia de exportação para equilíbrio da balança de pagamentos. Trata-se de um cenário oposto, marcado pela estagnação e mesmo diminuição da atividade industrial do país, definido por Carvalho (2006) como um típico quadro da “doença holandesa”, isto é, o declínio do setor manufatureiro como resultado da priorização da exportação de matérias primas ou recursos naturais.

Paralelamente, aprofunda-se a integração da agricultura no circuito financeiro. A simbiose que tem sido observada entre o mercado de commodities agrícolas e o capital financeiro (De Paula; Santos; Pereira, 2015) resulta num novo padrão de circulação de alimentos no mundo que Goldfarb (2015) denomina Regime Alimentar Corporativo Financeirizado, no qual se percebe uma autonomização do mercado financeiro em relação à produção real. Mesmo considerando os limites da estrutura técnico-produtiva das atividades agrícolas, a preeminência do capital financeiro na agricultura torna-se cada vez mais evidente. Para Dowbor (2014), a atuação das corporações financeiras internacionais funciona como um sistema de pedágios no qual os consumidores finais das commodities e os países de origem tem pouco ou nenhum poder de negociação. Nessa ótica, a elevada demanda por commodities agrícolas e minerais tem acentuado a divisão internacional do trabalho, pressionando fortemente países com extensiva disponibilidade de recursos naturais a ocupar o papel de exportadores de produtos primários.

Como resultado, perspectivas políticas e econômicas opostas acabam enfatizando a importância da exportação de commodities na geração de divisas para o equilíbrio das contas externas e para suas estratégias de desenvolvimento. De uma perspectiva mais liberal, por exemplo, Buainaim *et al.* (2013) consideram que o desenvolvimento de setores da agropecuária brasileira no ciclo de desenvolvimento mais re-

cente, apesar das inúmeras políticas erráticas, tem conseguido se manter com desenvoltura econômica e produtiva – e, mais ainda, tem observado espetacular crescimento de sua eficiência econômica, elevando com brilhantismo sua produtividade total (Buainaim; Alves; Silveira; Navarro, 2013).

Segundo os autores, o setor vem correspondendo de forma bastante satisfatória às funções da agricultura, destacando as oportunidades que ainda se abrirão, ainda que haja apenas “um grupo muito reduzido de produtores” (aquele vinculados ao agronegócio) preparado para aproveitá-las (Buainaim *et al.*, 2013: 114). Entre os principais desafios, destacam o papel central das inovações na agricultura, bem como a necessidade de o Estado se retirar cada vez mais do setor, sustentando que as soluções deverão partir da maior mobilização dos agentes privados.

Por outro lado, em uma perspectiva keynesiano-desenvolvimentista, Bielschowsky (2012) aponta o papel central do Estado na dianteira do processo de desenvolvimento do país. Para o autor, a expansão do agronegócio está entre os principais “motores do investimento” da estratégia econômica do país, desde que se prevenindo contra as seguintes ameaças: i) a compra de terra e o conseqüente acesso à energia e a metais por potências mundiais, sobretudo a China; ii) a pressão sobre os ecossistemas e sua capacidade de sustentação; e iii) a absorção pelo setor privado dos ganhos oriundos da valorização de bens e serviços baseados em recursos naturais.

Ambas perspectivas – associadas aos diferentes blocos hegemônicos que governaram o país nas últimas duas décadas – atribuem papel central ao agronegócio, mostrando que a supremacia dos indicadores econômicos associado ao pragmatismo do sistema político deixam pouco espaço para críticas que o ponham em xeque.

Contradições

Caracterizada a importância do agronegócio na estratégia econômica brasileira recente, bem como seu vínculo com a política macroeconômica nacional e com cenário internacional, trataremos aqui do que percebemos como aspectos contraditórios do agronegócio.

Ao atentar para a estrutura empresarial e representativa ligada ao agronegócio no Brasil é possível notar que seus principais atores estão ramificados através de uma vasta rede de investimentos em instituições públicas e privadas. Financiamentos eleitorais, convênios com univer-

sidades e órgãos de pesquisa, parcerias com meios de comunicação de massa, marketing e até mesmo patrocínio de escolas de samba garantem uma difusão generalizada da imagem do agronegócio como ingrediente indispensável ao desenvolvimento do país.

A despeito do amparo de tais práticas no atual regime jurídico-constitucional, o que permite sustenta-las enquanto dispositivos legais e legítimos, fica claro que o poder político-ideológico que daí emana ofusca críticas que apontem eventuais incoerências do padrão de produção apregoado. Porém, o fato do agronegócio ser cativo a diversas polêmicas de cunho ambiental, fundiário, trabalhista, entre outras, torna-o um tema emblemático que acaba suscitando debates e argumentos fortemente balizados por disputas político-ideológicas, inclusive no meio acadêmico.

No nosso entendimento, revisando as principais críticas, as cinco dimensões do agronegócio apresentadas a seguir ensejam contradições do modelo social-técnico-político por ele conformado. Trata-se, portanto, de uma perspectiva situada no ceticismo às tendências dominantes da agricultura, justificado pelas consequências socioeconômicas e ambientais decorrentes do processo histórico de modernização agrícola no país.

Aspectos fundiários e produtivos

Uma das dimensões da questão agrária clássica no Brasil diz respeito à estrutura fundiária do país.⁵ Nas últimas décadas, no entanto, o tema perdeu considerável espaço na cena política. A reforma agrária é apresentada por influentes ideólogos do agronegócio como tema do passado, um problema superado (Buainaim; Alves; Silveira; Navarro, 2013; Graziano Neto, 1994). Para tais autores, não haveria mais necessidade de uma reforma agrária redistributiva, tendo em vista que: i) não existiria mais demanda social significativa por políticas distributivas de terra no país; ii) a modernização da agricultura alcançou patamares produtivos bastante satisfatórios. Assim, a questão agrária de outros tempos estaria resolvida. De fato, ambas as assertivas fazem certo sentido, se considerarmos a diminuição da pressão pela reforma agrária como um sinal de declínio da demanda e que de fato tanto a área cultivada quanto a produtividade aumentaram substancialmente desde a década de 1960.

5 O tema pautou acalorados debates nas décadas de 1960 e 1980. Em ambas as ocasiões, uma reforma agrária de caráter amplamente redistributivo chegou a ser vislumbrada como possibilidade real no cenário político, mas fosse bloqueada pela articulação das forças contrárias. Para uma boa revisão sobre o tema, ver Miralha (2006).

Entretanto, ao analisar as recentes dinâmicas fundiárias no país, Delgado (2016) revela elementos que não podem ser desconsiderados no tema da terra. Diferente do que poderia se esperar a partir da desvalorização do preço internacional das commodities agrícolas e minerais desde 2013, o mercado de terras – que no período 2000-2013 cresceu em taxas superiores às dos ativos financeiros mais valorizados – não declinou. Segundo o autor, há um tríplice movimento, endógeno ao mercado de terras, que adquire maior profundidade na atual conjuntura:

- i) a completa “mercadorização” da terra, sendo esta tratada como bem mercantil estrito (ainda que em desacordo com os princípios jurídicos da constituição de 1988, que estabelecem a função social e ambiental como limites de direito público);
- ii) forte concentração fundiária em estrutura agrária altamente desigual, bem como evidências de um substancial aumento de grilagem associado a fraudes no crédito rural (analisados a partir da inscrição de imóveis rurais no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no período 2003-2014);
- iii) tendência à internacionalização, principalmente nos ramos com nexos interindustriais mais diretos, sobretudo através da fusão de capitais no setor financeiro (Delgado, 2016).

Para o autor, tais elementos (em especial o anacronismo do primeiro) impossibilitariam a afirmação de que não há mais uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, e que a questão agrária brasileira do século XXI teria como cerne justamente a estrutura e as dinâmicas fundiárias.

Ademais, cabe questionar também a pretensa afirmação de que a questão produtiva estaria resolvida. Não se trata, ao menos por hora, de questionar os níveis de produção e produtividade do agronegócio, conforme apresentado anteriormente de forma introdutória. Trata-se de indagar as razões que justificam a opção pelos principais cultivos produzidos e exportados pelo agronegócio. É emblemático que o Brasil seja o maior produtor e exportador de soja e carne e, concomitantemente, necessite importar feijão, por exemplo (Sna, 2014). Nesse sentido, destaca-se a redução de 37%, 24% e 17% na área plantada de arroz, feijão e mandioca entre 2001 e 2016, contrastando com o expressivo aumento de 138% e 108% das áreas plantadas de soja e cana-de-açúcar no mesmo período (Ibge, 2017).

Por mais intenso e abrangente que seja o processo de globalização e sua capacidade de acelerar os fluxos no entorno do globo, não pa-

rece razoável contar com a estabilidade do comércio internacional para o abastecimento interno não consiste na mais segura das opções, sendo particularmente intrigante num país tropical de dimensões continentais. Veremos a seguir que tal vulnerabilidade não é só problemática em termos de segurança alimentar, mas também na perspectiva econômica.

Sustentação econômica

Observando a dimensão econômica, três aspectos merecem destaque. O primeiro está relacionado à impossibilidade de sustentação da fórmula baseada na exportação de produtos primários. Chama atenção o fato de que quase 60% da pauta brasileira de exportações é constituída por produtos primários, desperdiçando a possibilidade de agregação de valor por meio de beneficiamento. No caso da soja, por exemplo, que em 2017 foi, pelo quarto ano consecutivo, o principal produto nas exportações, mais de 80% da produção foi exportada em forma de grão (Mdic, 2018).

Delgado (2012) atenta para os limites dessa estratégia de reprimarização do comércio externo. Por um lado, o desempenho da exportação das commodities agrícola é um elemento chave na atração de recursos estrangeiros ao país. Contudo, o fato das elevadas somas de capital aqui aportadas não estarem vinculadas a contrapartidas líquidas, isto é, a exportações primárias em si, evidencia o caráter conjuntural e economicamente insustentável da estratégia adotada. Para o autor, o resultado é uma crescente incapacidade de remuneração (sobretudo por meio de juros e dividendos) do capital financeiro investido no país, ocasionando um crescimento exacerbado do déficit da conta de serviços, incapaz de ser sustentado em longo prazo através da mesma política. Como consequência, o Estado é compelido a tomar medidas que, dentre outras funções, devem garantir a rentabilidade e consequente manutenção dos recursos estrangeiros alocados no país. Dentre tais medidas, pode-se mencionar: a manutenção de uma elevada taxa de juros (com destaque para o aumento de 7% para 10% em 2013); a crescente ampliação das reservas cambiais (de US\$ 30 bilhões, no início dos anos 2000, para US\$ 380 bilhões, em meados de 2017); e, mais recentemente, os expressivos cortes no orçamento federal, expressando a intenção em garantir, a todo custo, a obtenção de superávit primário.

Outro aspecto a ser discutido está relacionado à equalização dos juros do crédito rural, que representa uma elevada (e crescente) soma de recursos da União injetados anualmente no setor. Para se ter uma

ideia, considerando que na safra 2015/16 o valor bruto da produção das 20 principais culturas foi R\$ 321 bilhões, e que o crédito agrícola total disponibilizado pelo Estado foi R\$ 205 bilhões, para cada R\$ 1,00 produzido na agricultura foram necessários R\$ 0,63 de crédito. Adiciona-se aí o recorrente perdão de dívidas, cujo exemplo mais recente consiste nas tratativas para a obtenção de descontos em multas e para estender prazos de pagamento de R\$ 26 bilhões financiados a empresas e produtores rurais por meio do Funrural (Fsp, 2017). Salienta-se também a isenção de impostos sobre produtos exportados (Lei Kandir), que em 2015 foi equivalente a R\$ 48,2 bilhões descontados da arrecadação de ICMS pelas unidades federativas, sendo apenas R\$ 4,3 bilhões compensados pela União (Câmara, 2017). Sob a justificativa de se configurarem como fomento para a almejada elevação da capacidade produtiva, tais medidas acabam se configurando como subsídio que disfarça o real desempenho do setor.

Por fim, o fato do agronegócio ser fundamentalmente determinado por dinâmicas do mercado externo (Cepea, 2014) implica em um crescente grau de dependência. Ainda que goze da vantagem de se tratar basicamente de gêneros de primeira necessidade, a vulnerabilidade de tornar-se excessivamente dependente dos preços internacionais pode ter efeitos nefastos.

Expansão, concentração e violência

A partir de um recorte socioespacial, também podem ser identificadas tendências indesejáveis decorrentes do padrão de expansão do agronegócio. Observando as dinâmicas em curso nas zonas de expansão – com destaque para as fronteiras agrícolas da região centro-oeste e do MATOPIBA⁶ – dois fenômenos não podem ser ignorados.

O primeiro diz respeito às “desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio” – em referência direta ao trabalho de Elias e Pequeno (2007). Os autores apontam o intenso processo de fragmentação decorrente da “reestruturação agropecuária”, frisando que esta não homogeneizou os espaços agrícolas nem os espaços urbanos que com ela crescem. Pelo contrário: identificam-se vários municípios em que a expansão do agronegócio acarreta num processo de franca urbanização que se dá de forma social e espacialmente excludente. Para os autores,

6 Região do cerrado que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que tem surpreendido pela acelerada expansão da agricultura no período recente.

este acirramento das desigualdades tem implicado em processos de favelização nas cidades do agronegócio, decorrentes dos contingentes migratórios que aportam em tais cidades em busca de melhores condições de vida.

O tema tem recebido atenção tanto de pesquisadores quanto da sociedade em geral, como mostram Oliveira (2008) e Edisom (2016), em estudo e reportagem sobre o crescimento das desigualdades e dos bolsões de pobreza no Noroeste de Minas Gerais e no Mato Grosso, respectivamente. Já Santos (2007) e Mondardo (2010) discorrem sobre o aumento das desigualdades e sobre o processo paradoxal de geração de pobreza ao tratar das implicações da territorialização do agronegócio no oeste baiano.

Considerando que índices elevados de desigualdade e pobreza inviabilizam a sustentação da estratégia de desenvolvimento sugerida por Bielschowsky (2012) mencionada anteriormente, as evidências apontadas por tais estudos indicam uma condição socialmente contraditória da expansão do agronegócio. Para além dessa perspectiva funcional, entendemos a pobreza e a desigualdade, assim como o caráter essencialmente violento das relações de trabalho de parte das atividades agroindustriais vinculadas ao agronegócio que poderia ser aqui agregado (Firmiano, 2010), como condições substancialmente antagônicas a ideia de desenvolvimento.

Implicações dos itinerários técnicos

Outra dimensão a ser considerada diz respeito às consequências diretas e indiretas das práticas que compõem o itinerário técnico dos sistemas de cultivo e criação do agronegócio. Como é sabido, tais itinerários foram formatados de modo a atender à lógica de simplificação e homogeneização da produção, o que de fato permitiu estrondosos ganhos de escala. Por consequência, os sistemas de produção do agronegócio baseiam-se em monocultivos altamente intensivos no uso de insumos químicos sintéticos, bem como em mecanização de grande porte. Na medida em que estes sistemas passaram a ser amplamente difundidos, surgiu também uma série de efeitos indesejáveis. Erosão dos solos, epidemias de doenças e pragas, redução da biodiversidade, intoxicações pelo uso de agrotóxicos, contaminação de alimentos, solos e águas por agrotóxicos e fertilizantes são alguns dos problemas que entraram na ordem do dia, em decorrência dos itinerários técnicos adotados.

Certamente o avanço tecnológico encontrou e seguirá encontrando métodos e técnicas para atenuar parte de tais problemas⁷. Algumas das soluções apresentadas, no entanto, soam um tanto contraditórias. As sementes transgênicas, por exemplo, foram incorporadas aos referidos itinerários técnicos sob o argumento, entre outros, de que iriam reduzir o consumo de agrotóxicos. Tal argumento parece cair na invalidez quando confrontado com pesquisas recentes que apontam justamente o oposto (Pignati; Machado, 2011). Agrava-se ainda mais sua credibilidade quando levado em consideração que determinadas empresas do agronegócio obtiveram ganhos extraordinários ao associar sua nova tecnologia (comercializada com pagamento de royalties) ao uso de determinado agrotóxico necessário em seu cultivo (produzido também pela própria empresa).

Para além desta contundente crítica que questiona qual o sentido e quais os reais interesses por trás da produção de conhecimento e do avanço tecnológico, o argumento principal da crítica aos itinerários técnicos do agronegócio é outro. Consiste, sobretudo, no fato da lógica de produção ser altamente dependente de recursos naturais não renováveis, representando assim a incapacidade de sustentação de tais itinerários em longo prazo. Para agravar o quadro, a redução da biodiversidade, da fertilidade natural dos solos e alterações de regimes hídricos decorrentes de sistemas intensivos de cultivo/criação são consequências que dificultam ainda mais a renovação das condições físico-biológicas necessárias para a produção agrícola – ainda que tal argumento possa ser confrontado com a crença de que o avanço tecnológico será capaz de solucionar tais problemas.

Ademais, os críticos apontam ainda para os efeitos indiretos dos referidos itinerários técnicos, para além da esfera da agricultura e do rural. Incluem-se aí desde impactos mais globais (como a emissão de gases do efeito estufa) até efeitos mais específicos, como no caso dos agrotóxicos, por exemplo, que, segundo Soares e Porto (2009), geram elevados custos ao sistema de saúde em decorrência das intoxicações e da exposição aos mesmos. Nesse sentido, também se destacam a extensa compilação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva sobre impactos relacionados ao uso de agrotóxicos (Abrasco, 2012) e os resultados do

7 Um exemplo que ilustra a capacidade (ainda que relativa) do avanço tecnológico conter danos que ele mesmo causou na agricultura foi o surgimento da técnica do plantio direto – que consiste na sementeira sobre os resíduos, sem revolvimento do solo – para conter os problemas de erosão.

Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, lançado em 2001 pela ANVISA.

Representação política

Por fim, cabe mencionar ainda a dimensão política do agronegócio, cuja representatividade no Congresso Nacional sugere a indagação sobre que interesses estão ali representados. A Frente Parlamentar da Agropecuária, uma das mais expressivas da instituição, é composta por mais da metade do Congresso Nacional, tendo como objetivo explícito o fortalecimento do agronegócio. Na composição de tal congregação, destaca-se a elevada quantidade de recursos doados por empresas diretamente vinculadas ao agronegócio, abrangendo praticamente todo o espectro político do parlamento. Com efeito, sua atuação tem sido fundamental na proposição e aprovação de diversas medidas de “desentranve” e estímulo à expansão do agronegócio.

A menção a esse elemento é importante por dois motivos. O primeiro consiste em não ignorar a estreita e histórica relação entre propriedade fundiária e poder político no Brasil, quadro cuja reprodução secular torna difícil de ser alterado (Barcelos, Berriel, 2009). O segundo motivo, por sua vez, é evitar armadilhas idealistas que releguem demasiada importância ao papel dos argumentos, ignorando a base econômica/material que sustenta e determina a ação política. Partindo desse pressuposto, considerar que a exposição de contradições inerentes ao agronegócio teria, em si, capacidade de determinar a adoção de políticas mais condizentes com o desenvolvimento seria atribuir demasiada importância ao plano imaterial das ideias no processo de convencimento político.

Considerações finais

O agronegócio ocupa um papel central nas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais brasileiras. Entretanto, sua contribuição para o desenvolvimento do país está longe de ser consensual, variando conforme as diferentes lentes que o analisam. Perspectivas centradas na economia tendem a considerar a produção de commodities agrícolas como um componente-chave a ser priorizado nas estratégias de desenvolvimento do Brasil. Por outro lado, enfoques mais voltados para dinâmicas socioespaciais permanecem atentos às implicações da expansão territorial

do agronegócio, enxergando com mais cautela e ceticismo as mudanças introduzidas por este processo. Próximas a tal vertente – e mesclando-se a ela – situam-se abordagens focadas nos recursos naturais e na incapacidade de sustentação dos itinerários técnicos do agronegócio em longo prazo.

As divergências se agravam quando as próximas décadas são colocadas em perspectiva. Há quem defenda que o tipo de agricultura difundido pelo agronegócio consiste na única forma de produzir em escala suficiente para garantir a alimentação das mais de nove bilhões de pessoas que em breve habitarão o globo. Essa vertente incluiria ideias mais ou menos sombreadas de que: i) as externalidades negativas seriam conseqüências inevitáveis que estariam para além da alçada da esfera produtiva; ii) o avanço tecnológico será capaz de resolver ou dirimir tais externalidades; iii) boa parte dos problemas elencados são “naturais” das sociedades humanas, alinhando-se a uma espécie de darwinismo meritocrático que justificaria as diversas formas de privação de uma parcela da sociedade. Por outro lado, há também quem afirme que uma reestruturação da produção de conhecimento científico descompromissada com interesses privados seria capaz de desenvolver modelos produtivos satisfatórios e adequados às diferentes realidades socioambientais espalhadas pelo mundo.

Parece coerente afirmar que os elementos apresentados neste ensaio precisam ser apreciados em conjunto antes que se possa atestar a atual inexistência de uma questão agrária no Brasil. Espera-se que pesquisadores comprometidos com a produção de conhecimento, situados politicamente onde quer que estejam, reconheçam as questões apresentadas como parte da discussão sobre o rural brasileiro. Alguns sustentam a ideia de que boa parte dos problemas apontados poderá ser resolvida através de ajustes e inovações no padrão vigente, enfatizando o papel do mercado como propulsor para tais avanços.⁸ Todavia, parece haver uma incapacidade estrutural do agronegócio em evitar determinadas externalidades inerentes a sua própria natureza. No entanto, condições objetivas que determinariam uma mudança significativa nas estratégias de desenvolvimento em voga parecem estar distantes do cenário atual. Mesmo considerando o elevado grau de instabilidade política que o Brasil vem recentemente enfrentando, a polarização entre um modelo mais liberal e outro mais keynesiano-desenvolvimentista não parece colocar em jogo o papel a ser ocupado pelo agronegócio.

8 Os entusiastas do mecanismo de comercialização de créditos de carbono são um bom exemplo.

Referências

- ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva (2017). Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Rio de Janeiro, Abrasco.
- Barcelos, Eduardo y Berriel, Maycon (2009). “Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro”. En: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, ENGA.
- Bielschowsky, Ricardo (2012). “Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”. *Economia e Sociedade*, v. 21, pp. 729-747.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2012). “Os três ciclos da sociedade e do Estado”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 41, pp. 13-51.
- Buainaim, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M.; Navarro, Z. (2013). “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”. *Revista de Política Agrícola*, a. XXII, n. 2, pp. 105-121.
- Bühler, E.; Guibert, M.; Oliveira, V. L. (2016). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Câmara dos Deputados. “Compensação da União aos estados por Lei Kandir foi de apenas 8,9% em 2015”. 2017, mayo, 31. Câmara Notícias, [Brasília]. Disponible en: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias>>. Acceso en: 26 octubre 2017.
- Carvalho, Maria Auxiliadora (2006). “Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate.” En: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Fortaleza, SOBER.
- CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2014). *Perspectivas para o agronegócio em 2015*. Piracicaba: Cepea. Disponible en: <www.cepea.esalq.usp.br>. Acceso en: 03 julio 2016.
- Cordeiro, Rui Mesquita (2014). “Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo”. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 2, pp. 230-248.
- Delgado, Guilherme da Costa (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. São Paulo, Ícone/Unicamp.
- Delgado, Guilherme da Costa (2012). *Do capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

- Delgado, Guilherme da Costa. “A Conjuntura Agrária e o Movimento do Mercado de Terras no Brasil”. 2016, mayo, 19. Carta Maior. Disponible en: <cartamaior.com.br>. Acesso en: 03 julio 2016.
- De Paula, N. M.; Santos, V. F.; Pereira, W. S. (2015). “A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 23, n. 2, pp. 294-314.
- Dowbor, Ladislau (2014). “Produtores, intermediários e consumidores: o enfoque da cadeia de preços”. *Revista de Economia do Nordeste*, v. 45, Nº 3.
- Elias, Denise y Pequeno, Renato (2007). “Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, Nº 1.
- Facó, Rui (1961). “Notas sobre o problema agrário”. *Revista Estudos Sociais*, v. 3, n. 11. Disponible en: <<https://www.marxists.org>>. Acesso en: 26 marzo 2018.
- Firmiano, Frederico Daia (2010). “O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio”. *Revista NERA*, a. 13, Nº 16.
- Folha de São Paulo. “Governo oferece benefício a devedor do fisco para garantir apoio à reforma”. 2017, mayo, 05. Folha de São Paulo, [São Paulo]. Disponible en: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso en: 26 octubre 2017.
- Goldfarb, Yamila (2015). “Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill”. *Revista NERA*, v. 18, n. 28, pp. 32-67.
- Graziano Neto, Francisco (1994). “Recolocando a questão agrária”. En Stédile, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Produção Agrícola Municipal: Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponible en: <<http://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso en: 09 julio 2017.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2018). *Exportações Brasileiras*. Disponible en: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso en: 26 marzo 2018.

- Miralha, Wagner (2006). "Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje". Revista NERA, a. 9, N° 8.
- Mondardo, Marcos Leandro (2010). "A 'territorialização' do agronegócio globalizado em Barreiras - BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócioterritoriais". Revista NERA, a. 13, n. 17, 2010.
- Oliveira, Daniel Coelho. Elite do agronegócio em Unaí: percepções sobre pobreza e desigualdades sociais. Teses de Maestría. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.
- Pádua, José Augusto (2001). "O desconhecido pensamento ambiental brasileiro". Revista Ecologia e Desenvolvimento, a. 10, n. 98. Disponible en: <<https://jornalgn.com.br>>. Acesso en: 26 marzo 2018.
- Pignati, Wanderlei Antonio y Machado, Jorge Mesquita Huet (2011). "O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso". En Gomez, C. M.; Machado, J. M. H.; Pena, P. G. L. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- Santos, Clóvis Caribé Menezes. Oeste da Bahia: Modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. Tesis Doctoral. Universidade Federal da Bahia, 2007.
- Sauer, Sergio (2008). Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, Embrapa.
- SNA – Sociedade Nacional de Agricultura. "Brasil deverá importar mais feijão em 2014". 2014, enero, 04. Canal Rural. Disponible en: <www.canalrural.com.br>. Acesso en: 08 julio 2016.
- Soares, Wagner Lopes y Porto, Marcelo Firpo de Souza (2009). "Estimating the social cost of pesticide use: An assessment from acute poisoning in Brazil". *Ecological Economics*, v. 68, N° 10, pp. 2721-2728.
- Edisom, João. "MT: Um Estado, quatro culturas (Parte III) – Agronegócio". 2016, marzo, 02. Mais Notícias, [Cuiabá]. Disponible en: <www.maisnoticias.com.br>. Acesso en: 08 julio 2016.

Agronegocio y desarrollo: contradicciones en el Brasil rural contemporáneo
Fecha de recepción: 12/7/2018
Fecha de aceptación: 29/11/2018